

## CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DOS PROBLEMAS SÓCIO-CULTURAIS E ECONÔMICOS CONTEMPORÂNEOS

João Ribeiro Júnior

Pontifícia Universidade Católica de Campi-  
nas.

### NOTA PRELIMINAR

A Resolução nº 03/78 do Conselho Federal de Educação, que instituiu o Currículo Mínimo para o **Curso de Comunicação Social**, em substituição à legislação vigente ( a qual data de 1968 ), previu sua entrada em vigor para o ano de 1979. Entretanto, tal não aconteceu, não só devido aos protestos das escolas como também dos órgãos interessados, tais como a ABEPEC, a UCBC, e outros. Mas, nada de concreto veio à cena, deixando professores e alunos com a única certeza: a dúvida sobre o futuro incerto.

Em 1979 foi criado, de fato, o **Departamento do Curso Básico de Comunicação Social da PUC, Campinas**, e que começou a desenvolver os seus trabalhos, visando a justificar a sua criação. Várias resoluções concretas no plano interno já foram tomadas, e outras estão em franca elaboração, visando a agilizá-lo, e promover a necessária integração docentes-discentes.

Tendo por base o Currículo Pleno aprovado para entrar em vigor em 1980 ( o que infelizmente está acontecendo somente em 1981 ) vimos contribuir para o esclarecimento de uma das matérias que integram o currículo mínimo para o Curso de Comunicação Social da PUCC, abordando, introdutoriamente, o estudo dos **Problemas Sócio-Culturais e Econômicos Contemporâneos**.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho tem, portanto, por objetivo contribuir para o estudo dos **Problemas Sócio-Culturais e Econômicos Contemporâneos**.

Para começar, interessa definir o domínio dentro do qual iremos trabalhar. Na linguagem corrente usa-se e abusa-se da palavra **social**. De há muito que o mundo se intitula **social**; os homens, os partidos, as organizações provenientes de todos os horizontes usam em demasia a expressão **social**, mas não se tem sempre uma consciência precisa do sentido que é dado a esta palavra.

Cada um o concebe com um conteúdo muitas vezes diferente e, ainda mais freqüentemente, impreciso.

Quando se pesquisa o significado dado geralmente à palavra **social**, percebe-se que esta palavra cobre dois tipos de noções muito diferentes; sendo que o emprego simultâneo ou sucessivo, nos seus dois sentidos, é a origem da maioria das confusões. No primeiro sentido, a palavra **social** é definida por **oposição ao econômico**. O econômico corresponde, essencialmente, ao ponto de vista da produção. Assim, os problemas econômicos são todos os problemas das condições da produção e da sua organização; é o ponto de vista da prosperidade de uma empresa, de um Estado, de um país.

Face ao econômico assim concebido, o ponto de vista social é o ponto de vista do homem considerado como tal, no desenvolvimento de todas as suas possibilidades próprias, físicas e intelectuais, no seu bem-estar material. É o problema da garantia dos meios de subsistência do indivíduo e de sua família, pelo emprego, salário, capacidade de trabalho, e isto em todas as circunstâncias, não só nos períodos de atividade normal, mas, também, nos períodos de doença, de velhice ou, falta de trabalho.

Mas, na realidade, o sucesso de tudo o que é social na época contemporânea, corresponde a uma reação do humano contra a prioridade dada ao econômico, desde há um século. Neste primeiro sentido, o **social** é o ponto de vista do indivíduo, é o ponto de vista da pessoa humana. Contudo, o indivíduo não está só, ele pertence a grupos: grupos restritos como a família, grupos mais amplos, como as comunidades locais ou profissionais, ou como as classes. Aqui surge o segundo sentido da palavra **social**: é o ponto de vista da estrutura da sociedade, mais geralmente, das sociedades humanas.

O homem não é, então, mais visto como indivíduo, mas como elemento de um conjunto, de uma massa, de um grupo definido pela sua atividade, pelas suas condições de existência, ou pelo seu passado.

Os problemas sociais são, portanto, os problemas das classes sociais, do lugar respectivo na sociedade, das suas relações e evoluções. É o problema do camponês, do artesão, do proletário, da burguesia; é, sobretudo, o problema trabalhista — o problema das relações entre empregadores e assalariados — que ocupa um lugar importante na vida contemporânea de todos os países.

Há, certamente, uma ligação entre os dois aspectos dos problemas sociais, assim compreendidos. A estrutura social, as características e as relações das classes sociais são regidas, em grande parte, pelas condições materiais e intelectuais dos homens que as compõem. O social integra o universo cultural de criações humanas e vice-versa. Daí combinar-se a palavra **social** com a palavra **cultural**, denotando-se que as criações materiais e intelectuais do homem são influenciadas pela estrutura das sociedades.

Mas existem, entretanto, dois pontos de vista muito distintos: o primeiro é aquele do indivíduo, da pessoa humana, o segundo é o ponto de vista da sociedade, da organização coletiva.

Os problemas sócio-culturais e econômicos contemporâneos deverão, pois, ser estudados considerando-se este duplo ponto de vista.

Por outro lado, convém, como uma espécie de **introdução** a este estudo, tentar separar rapidamente os dados essenciais e comuns destes problemas sócio-culturais e econômicos, assim como os principais tipos de métodos de solução desses problemas.

## 1. DADOS ESSENCIAIS DOS PROBLEMAS SÓCIO-CULTURAIS E ECONÔMICOS

Há um primeiro ponto marcante no estudo destes problemas. Trata-se de ser a própria consciência deles um **fato recente**.

Claro que isso não quer dizer que não existissem, no passado, problemas sócio-culturais e econômicos. Na realidade, eles existiram, necessariamente, em todos os países e em todas as épocas. Mas, não eram levantados, nem entendidos como tais.

O ponto de vista do homem, do indivíduo, se resumiu, durante muito tempo, num esforço de caridade, freqüentemente com base religiosa. Quanto aos problemas de organização social, eles apareceram quase exclusivamente, até a uma época recente como se tratando de problemas políticos. A hierarquia das classes era um elemento da organização política geral, quer em se tratando da Antigüidade, com a hierarquia da aristocracia, da plebe e dos escravos, ou do Feudalismo ou, mesmo, do Antigo Regime, com a hierarquia da nobreza, do clero, do Terceiro-Estado.

A noção exata do **social**, do **cultural** e do **econômico**, a tomada de consciência dos problemas sócio-culturais e econômicos concebidos como tais, está ligada a um estágio recente da evolução sócio-cultural e econômica, e mesmo, psicológica, geral.

Isto explica como em muitas regiões do mundo, ainda hoje, estes problemas não são levantados como tais. Só recentemente, e apenas em algumas regiões, eles são considerados; porém, colocados do **exterior** por outros países e por outros Estados mais evoluídos.

Os problemas sócio-culturais e econômicos não podem nunca ser isolados. Eles devem ser sempre levantados dentro do seu contexto ( social, cultural, econômico, político, psicológico ) que fornece os dados e que comanda as soluções.

## 1.1 Dados Econômicos

É certo e quase evidente que os problemas sócio-culturais e econômicos são estreitamente regidos por fatores econômicos.

Isso é verdade, se levarmos em conta, primeiramente, a estrutura econômica de cada país. Quando falamos em **problemas sócio-culturais e econômicos**, pensamos, naturalmente, nos problemas que se levantam nos Estados modernos, chegados ao estágio mais evoluído da civilização, nos países da Europa Ocidental ou das Américas. Mas não devemos esquecer que a grande maioria dos homens, que vivem atualmente no mundo, é totalmente estranha à civilização industrial, que nós consideramos como estado normal de coisas.

É por isso que o estudo dos problemas sócio-culturais e econômicos deve situar-se, necessariamente, no âmbito de um estudo da **geografia humana e econômica** do mundo.

Claro que esse estudo não será feito aqui, mas os dados dessa geografia deverão estar sempre presentes em nosso espírito, quando da análise dos problemas sócio-culturais e econômicos contemporâneos.

Há, atualmente, sociedades de tipos muito diferentes: sociedades rurais não desenvolvidas, como as do mundo africano e do mundo camponês da Índia e do Extremo-Oriente, e mesmo, da América Latina, onde os problemas sócio-culturais e econômicos se confundem, quase totalmente, com os problemas econômicos, e se resumem, antes de mais nada, ao problema agrário, ao problema da divisão e exploração da terra; visto que da solução deste problema depende a própria sobrevivência dos indivíduos.

Por outro lado, existem países, como os da Europa Ocidental, Rússia, Estados Unidos, Brasil, e alguns que integram a comunidade latino-americana, onde se chegou ao estágio da civilização industrial; e é nesses países que se pensa, principalmente, quando se fala de problemas sócio-culturais e econômicos. Mas mesmo entre eles existem diferenças essenciais. Há países onde a agricultura leva a melhor sobre a indústria, outros onde a agricultura se tornou o elemento essencial da economia. Há países de economia artesanal, de pequenas explorações agrícolas, de pequenas empresas industriais ou comerciais, e outras onde predominam as grandes explorações, as grandes indústrias concentradas.

Assim, conforme o país, de um ou outro tipo, os problemas sócio-culturais e econômicos não se levantarão da mesma maneira e, em particular, o problema trabalhista, que domina profundamente a vida econômica e política dos países industrializados, se manifestará com mais intensidade.

Tudo isso influencia, de modo decisivo, a posição dos problemas sócio-culturais e econômicos.

Seja como for, quer se trate de problemas visando ao indivíduo ou a própria estrutura sócio-econômica, pode-se dizer que os problemas sócio-culturais e econômicos, tal como os concebemos hoje, nasceram da civilização industrial e urbana. Foi no contexto desta civilização que se tomou consciência desses problemas. Foi somente por **analogia** que se colocaram estes problemas para as populações rurais, e para os países que ainda não atingiram este estágio de civilização.

Há, sem dúvida, na época contemporânea, uma tendência que conduz à uniformização social através do mundo, pelo desenvolvimento da civilização industrial e das mudanças econômicas a longo prazo, mas esta uniformização está ainda longe de ser realizada.

No entanto, os dados econômicos influem sobre os problemas sócio-culturais e econômicos ainda sob um segundo ponto de vista: o ponto de vista do grau de prosperidade dos países e das regiões.

Se se opõe o sócio-cultural ao econômico, o ponto de vista do homem ao ponto de vista da produção, não é necessário, entretanto, exagerar esta oposição, pois, há entre os dois pontos de vista um elo estreito. Na realidade, trata-se de dois aspectos de um mesmo problema e de uma mesma situação.

Com efeito, o problema sócio-cultural é, em grande parte, o problema da repartição dos produtos. É, pois, necessário haja produtos para repartir. A riqueza de um país ou de uma região comanda, assim, social e culturalmente, a condição sócio-cultural das populações.

Isso é verdade no espaço. Há países ricos e países pobres, e, em uns e outros, os problemas sócio-culturais e econômicos colocam-se sob um ângulo diferente. Há enorme desigualdade na prosperidade dos diferentes países, e assim, a solução dos problemas sócio-culturais e econômicos encontra-se indiretamente ligada aos problemas de fronteiras econômicas, e, pode-se dizer, que na maioria, a tendência que se manifestou em épocas diferentes de baixar estas fronteiras, para assegurar uma unidade maior do mundo sob o ângulo econômico, traduziu a preocupação de fazer triunfar o ponto de vista do homem sobre o ponto de vista das nações, o que é ainda uma preocupação sócio-cultural.

Esta variação no grau de prosperidade de um país — e até mesmo a prosperidade mundial — varia.

Constatam-se, em todas as épocas, crises mundiais na produção de certos produtos essenciais, crises com repercussão sobre a alimentação do mundo inteiro. Constatam-se, em todas as épocas, crises econômicas cíclicas, devidas não mais à insuficiência de produção, mas, antes, a vícios

de organização econômica; crises de superprodução provocando uma falta de trabalho generalizada; crises energéticas etc. Todas essas crises têm repercussões imediatas e profundas sobre os problemas sócio-culturais e econômicos.

Para todos estes pontos de vista, a evolução dos problemas sócio-culturais e econômicos segue a curva da atividade econômica.

## 1.2 Dados Psicológicos

Mas, os dados econômicos, por mais importantes que sejam, não são os únicos que comandam os problemas sócio-culturais e econômicos contemporâneos. A seu lado, deve-se dar um lugar de destaque aos dados psicológicos.

O conhecimento da existência dos problemas sócio-culturais e econômicos desenvolveu-se desde há um século, pelo efeito de um complexo conjunto de fatores diversos: instrução, comunicação de massa, e a própria evolução das idéias. E aqui, não se deve subestimar a influência das doutrinas econômicas e políticas que se desenvolveram através do mundo. O conflito do liberalismo e do socialismo teve uma repercussão profunda sobre a posição dos problemas sócio-culturais e econômicos. O progresso das doutrinas socialistas — tendo elas mesmas sido objeto das transformações econômicas e do seu conhecimento mais completo — e uma influência decisiva na colocação desses problemas sobre a maneira de os resolver.

Todos esses fatores contribuirão muito, por um lado, para a colocação dos problemas, que até um período anterior, passavam despercebidos e, por outro lado, para fixar os dados em cada país e orientar as soluções.

Mas, a estes elementos de ordem geral, junta-se a influência da psicologia própria de cada povo. Os problemas sócio-culturais e econômicos são estreitamente comandados por preocupações psicológicas.

Existem enormes diferenças na psicologia dos povos e isso explica porque estes problemas são vistos e resolvidos de modo diferente de um país para outro.

É, pois, necessário fazer-se um estudo da psicologia comparada dos diferentes países para se perceber, exatamente, o posicionamento dos problemas sócio-culturais e econômicos. O que não caberá, no entanto, no âmbito limitado deste trabalho.

Assim, exemplificando, a posição e a solução dos problemas sócio-culturais e econômicos contemporâneos nos Estados Unidos serão sempre regidos por uma psicologia caracterizada por uma mística da ação, por uma confiança ilimitada nas possibilidades humanas, por uma crença absoluta na técnica, racionalização e organização, pela convicção de que

não existem dificuldades econômicas ou sócio-culturais que não se possam resolver através de uma organização apropriada e, ao mesmo tempo, que neste país, estes problemas são igualmente dominados por um individualismo liberal, pela desconfiança geral da população em relação ao Estado; e, também, que o povo americano tem um conceito próprio de liberdade, que ele vê a liberdade no contexto do respeito da lei, no contexto de uma disciplina aceita e livremente consentida, traduzindo-se num espírito cívico particularmente poderoso. O que já não se pode dizer a respeito dos países que integram a comunidade latino-americana. Assim, nos Estados Unidos, os problemas sócio-culturais e econômicos encontrarão, naturalmente, soluções liberais, soluções igualmente variadas e adaptadas em vista das soluções organizadas e mais ou menos autoritárias e uniformes; ao contrário das possíveis soluções a serem encontradas no caso latino-americano, em cuja psicologia há um fundo de anarquia, de revolta contra a ordem estabelecida, contra toda a disciplina coletiva, um excesso de espírito crítico e uma desconfiança instintiva de cada um contra tudo e todos.

Basta recordar alguns dos traços distintivos da psicologia dos diversos países para se compreender as diferenças profundas que podem existir entre países pertencentes a regiões, climas, civilizações muito diferentes e a influência que podem ter estas considerações sobre a posição e solução dos problemas sócio-culturais e econômicos.

Por isso devemos agir com prudência no estudo desses problemas, conservando sempre a preocupação do real, e prevenindo-nos contra generalizações apressadas.

### 1.3 Dados Políticos

Ao lado dos dados econômicos e psicológicos é necessário ainda dar lugar aos dados políticos, que são eles mesmos função, em grande parte, de fatores econômicos e psicológicos.

Há através do mundo numerosos regimes políticos. Há regimes democráticos e autoritários, e, mesmo no seio dos regimes ditos democráticos existem enorme variedade, desde as democracias parlamentares até as democracias populares.

Estes diferentes regimes têm repercussões sobre a estrutura econômica dos diferentes países e, também, sobre a sua estrutura sócio-cultural, e, conseqüentemente, sobre a posição e solução dos problemas sócio-culturais e econômicos.

A concepção que se tem, em cada país, das relações entre o indivíduo e o Estado, é um elemento essencial da maneira como são vistos os problemas sócio-culturais e econômicos contemporâneos.

Com efeito, na base desses problemas encontraremos sempre uma antítese entre o ponto de vista do indivíduo e o ponto de vista da

coletividade; entre o ponto de vista do homem e o da sociedade ou do Estado; e, seguindo a concepção que se faz na prioridade de um ou de outro ponto de vista, concepção que comanda cada regime político ou que é comandada por ele, os problemas sócio-culturais e econômicos surgirão sob ângulos essencialmente diferentes.

Assim, os problemas sócio-culturais e econômicos — por serem **problemas humanos** — estão ligados ao meio no qual eles se levantam. Eles não podem ser compreendidos senão em função de um meio dado, meio esse determinado por um complexo conjunto de fatores muito diversos.

Isto explica, também, que se encontram, através do país, no espaço e no tempo, diferentes tipos de métodos e de soluções desses problemas.

## 2. MÉTODOS DE SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS SÓCIO-CULTURAIS E ECONÔMICOS

Para começar, há uma questão que nós devemos levantar, pois ela já foi posta: a de saber se há lugar para pesquisar a solução de problemas sócio-culturais e econômicos, considerados como tais.

A doutrina do liberalismo econômico tradicional dá uma resposta negativa à questão acima exposta. O liberalismo tradicional nega, na verdade, a própria existência desses problemas. Para esta doutrina os problemas que nós chamamos sócio-culturais não se levantam.

Não há senão problemas econômicos, e são estes resolvidos automática e perfeitamente através do jogo normal das leis econômicas. Os princípios essenciais da doutrina liberal podem, na realidade, resumir-se, grosseiramente, assim:

Realiza-se através da ação única dos interesses econômicos, desde que eles sejam deixados livres na construção de uma organização econômica espontânea. Esta organização é a melhor possível, porque o interesse individual leva sempre o produtor a orientar a sua atividade no sentido que lhe é mais favorável e que, simultaneamente, o é para a coletividade. Os interesses individuais concorrem, assim, para o interesse geral. Neste caso, é o efeito necessário do jogo da concorrência quem assegura o equilíbrio constante da produção e das necessidades. Se as necessidades aumentam e a produção se mostra insuficiente, o jogo da lei da oferta e da procura levará à alta dos preços, incitando o produtor a desenvolver a sua produção e a adaptá-la às necessidades. Se existirem demasiados produtos, a mesma lei levará à diminuição de produção. Este mecanismo, simultaneamente, leva a um encorajamento do progresso, pois os aperfeiçoamentos técnicos permitem baixar os preços e a realizar maiores benefícios. A

concorrência compensa o esforço e o mérito, que é um instrumento natural de seleção.

Se estes princípios forem transpostos para o plano sócio-cultural, eles levarão a conseqüência de que a liberdade econômica assegura sempre a adaptação, o mais perfeitamente possível, da produção às necessidades.

Cada homem recebe, portanto, o máximo que pode receber no estado das condições econômicas do momento; a sua situação é sempre a melhor possível.

Não há, assim, problema sócio-cultural e econômico, basta favorecer ao máximo a liberdade no domínio da economia e tudo irá pelo melhor.

Esta doutrina extrema está hoje superada. Se, para os espíritos apaixonados da lógica ela possa aparecer sedutora, basta que se olhe para a realidade concreta que, de imediato, a desmente.

São as conseqüências, cada dia mais graves, da liberdade econômica, que deram, em todos os países, uma consciência crescente da existência e gravidade dos problemas sócio-culturais e econômicos. A tendência de dar um lugar crescente ao homem, ou seja, a tendência dos fatores humanos em face dos fatores puramente econômicos, é uma reação contra o liberalismo econômico absoluto. É o que se traduz na época contemporânea ao se afirmar que o homem não deve ser tratado como mercadoria ou como máquina, mas como **pessoa**.

### 3. OS DOIS TIPOS DE MÉTODOS

Se admitimos a **existência** dos problemas sócio-culturais e econômicos, entre os inumeráveis esforços de todos os tipos, abrangidos pela sua solução, destacam-se duas orientações principais: em primeiro lugar, os **métodos unilaterais**, caracterizados pelo fato de que a solução dos problemas sócio-culturais e econômicos é procurada fora dos interessados; e em segundo lugar, os **métodos de associação**, fazendo um apelo aos próprios interessados para resolver os problemas que lhes dizem respeito.

#### 3.1 Métodos Unilaterais

O primeiro grupo de métodos supõe que uma personalidade ou coletividade, exterior aos interessados, resolve os problemas que se levantam, quer seja por uma ajuda direta ou por uma regulamentação imposta por via autoritária.

Este pode ser o caso das iniciativas privadas ou das intervenções públicas.

### 3.1.1 Iniciativas Privadas

As iniciativas privadas levantam, inicialmente, o problema da beneficência privada. Problema essencial, pois, durante muito tempo, a beneficência privada foi quase que o único método de solução dos problemas sócio-econômicos. A beneficência privada repousa sobre uma idéia moral, sobre uma idéia de caridade. Ela tem a vantagem de fazer intervir, na ajuda levada àqueles necessitados, um fator humano, um elemento pessoal.

Ela tem, igualmente, a vantagem de permitir uma adaptação mais fácil da ajuda levada às necessidades de cada um. Por outro lado, tem o inconveniente de ter certo caráter deprimente e humilhante ao acentuar a inferioridade entre os diferentes grupos de indivíduos e entre as classes sociais. Ela tem, sobretudo hoje, em face da amplitude dos problemas que se levantam, o inconveniente de uma fraca eficácia, visto que dispõe de meios limitados.

Mas, paralelamente à beneficência privada no estado puro, desenvolveu-se, recentemente, um tipo particular de iniciativa privada, que são as iniciativas patronais, as iniciativas tomadas pelos empregadores em benefício dos seus assalariados. Em muitos países encontra-se um conjunto notável de realizações devidas a tais iniciativas, como por exemplo, no domínio do alojamento, no domínio das cooperativas, das organizações de lazer, dos serviços médicos-sociais, da ajuda familiar etc. Mas mesmo nestas iniciativas, nota-se, conforme os casos, orientações diferentes. Consoante os países, estas iniciativas foram comandadas por dois tipos de preocupações.

Exemplificando. Na França e nos países da Europa Ocidental, as iniciativas patronais foram comandadas pela doutrina do paternalismo social ou da **patronagem**, como a chamava originalmente o seu principal teórico, LE PLAY. Elas se baseavam na noção de um dever social do patrão, que deve exercer sobre a vida dos seus assalariados uma influência paternal, uma espécie de tutela no interesse dos trabalhadores, tutela que é o complemento, a contrapartida da autoridade exercida pelo empregador na firma. Por outro lado, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, a preocupação foi totalmente diferente: quiseram melhorar a situação dos trabalhadores com um objetivo de ordem econômica. Estas intervenções situam-se num âmbito de uma política de organização racional dos métodos de trabalho. Do mesmo modo que quiseram racionalizar a organização técnica, também quiseram racionalizar o emprego de fator humano. É o fundamento do que se chamou **personnel management** ( política pessoal ), praticada em todas as grandes empresas britânicas e americanas, e que tende a assegurar a melhor utilização do trabalhador no interesse da produção, e

isto pelo desenvolvimento da higiene e da alimentação nas fábricas e das comodidades de toda a espécie posta à disposição do pessoal, por um conjunto de medidas muito diversas, que tende a desenvolver o bem-estar dos trabalhadores.

Os dois tipos de preocupação podem conduzir e conduzem, na sua maioria, às mesmas realizações. Mas, há uma diferença essencial entre as duas tendências, entre as duas orientações, e isso explica as diferenças constatadas na atitude dos assalariados em relação a estas realizações, consoante os países e as preocupações que estavam na base das realizações feitas.

De maneira geral, os assalariados mostraram uma hostilidade muito firme em relação a todas as realizações de carácter paternalista, pois as obras patronais acentuavam para eles o sentimento de dependência em relação ao empregador. A reacção trabalhista a respeito desta dependência e tutela foi, muitas vezes, a origem mais ou menos consciente de incompreensões e hostilidades entre assalariados e empregadores, sem que estas hostilidades tenham sido sempre perfeitamente compreendidas. Pelo contrário, quando as realizações sociais têm um objetivo de ordem econômica, sendo como tal reconhecida e classificada, as hostilidades dos trabalhadores caem, pois não traduzem mais uma desigualdade de classe. Daí a diferença de atmosfera que pode existir em face das iniciativas patronais na Inglaterra e nos Estados Unidos, por um lado, na França e nos países da Europa Ocidental, por outro.

### 3.1.2 Iniciativas Públicas

Ao lado destas iniciativas privadas deve-se dar lugar às iniciativas públicas: as intervenções do Estado ou de maneira geral, das coletividades públicas para a solução dos problemas sócio-culturais e econômicos.

Neste âmbito inscreve-se, primeiramente, a assistência, ou seja, a ajuda levada diretamente pelas coletividades públicas às pessoas ou às famílias sem recursos. É a beneficência pública. A transposição para o plano público da beneficência privada sob a forma de uma ajuda individual adaptada às necessidades de cada um. Um segundo estágio, na evolução, é marcado pelo desenvolvimento das legislações de assistência, criando um verdadeiro direito à assistência em proveito dos indivíduos, que satisfaçam certas condições. Há aí um progresso pelo fato de se eliminar o elemento humilhante que é causado pela assistência.

Contudo, ao lado da assistência em sentido estrito, é necessário colocar todas as intervenções públicas por via da autoridade, as regulamentações que regem as condições de trabalho, higiene, segurança e igualdade, todos os serviços públicos e organismos criados no interesse do indivíduo ou da família, os serviços sanitários ou de higiene, os serviços sociais, os

serviços de desemprego, até mesmo os serviços de ensino, na medida em que tenham estas um fim social.

Juntam-se, então, as intervenções aos múltiplos e complexos aspectos destinados a ajudar certos grupos sociais, quer sob forma financeira, através de subvenções ou empréstimos, quer sob forma de uma ajuda direta ou indireta por medidas regulamentares apropriadas. O Estado, em todos os países, teve a preocupação de proteger certas categorias sociais, de orientar a estrutura sócio-cultural do país em determinado sentido. As intervenções do Estado, a este respeito, são incontáveis, e elas apresentam aspectos infinitamente variados.

### 3.2 Métodos de Associação

A este primeiro grupo de métodos opõem-se os métodos de associação. Trata-se, pois de assegurar, ou de tentar assegurar, a solução dos problemas sócio-culturais e econômicos, não mais através de intervenções exteriores ( quer se tratem de iniciativas privadas ou públicas ), mas, antes, através dos próprios interessados ou com o seu auxílio.

Não há, desde o início, uma oposição absoluta entre estes métodos e os precedentes, porquanto na medida em que as coletividades públicas intervêm, são elas mais do que a soma dos indivíduos interessados nos problemas sócio-culturais e econômicos.

Há, nestes métodos, inúmeros aspectos. Citaremos apenas dois exemplos: o primeiro é o da proteção contra todos os riscos sociais. No lugar da beneficência privada, ou da assistência pública, pode-se apelar ( e isso acontece cada vez mais à noção de previdência ), para o esforço dos interessados, esforço livre e facultativo, inicialmente sob a forma de instituições de economia ou de organizações de caráter mutualista, e esforço obrigatório, depois sob a forma das instituições de seguros sociais.

Num outro domínio — aquele das relações entre empregadores e assalariados — pode-se, também, fazer apelo à colaboração dos interessados através do estabelecimento de uma regulamentação do trabalho como meio de acordo entre grupos patronais e de trabalhadores, através das convenções coletivas de trabalho, ou ainda, pode-se tentar gerar obras sociais através dos próprios interessados por meio de sindicatos, que os representem. A vantagem destas fórmulas é a de incitar os interessados a fazer um esforço próprio e, sobretudo, o de atenuar ou fazer desaparecer o sentimento de inferioridade que é a base das oposições de classe, e, ainda, o fato de permitir o desenvolvimento, nas classes ditas inferiores, de um maior sentimento de sua dignidade ao elevá-las ao nível das demais classes sociais por uma colaboração realizada em pé de igualdade.

#### 4. CONSIDERAÇÕES QUE REGEM A ESCOLHA DOS MÉTODOS

A escolha entre estes dois grupos de métodos é, antes de mais nada, regida em cada país pelos conceitos políticos do momento em relação ao fim a se alcançar.

Na realidade constata-se uma oposição entre duas tendências essenciais, que determinam a escolha a fazer. Seguindo uma primeira tendência, o indivíduo é considerado como um **meio**; a única realidade sociológica e cultural, psicológica, ou mesmo ética, é o Estado, a Nação, a Coletividade. A solução dos problemas sócio-culturais e econômicos será, pois, comandada por esta única consideração do Estado.

Sem dúvida, o Estado poderá ser levado a favorecer os indivíduos, a desenvolver o seu bem-estar, a dar-lhes vantagens materiais, se isso estiver de acordo com seus interesses político-econômicos. Algumas vezes, o Estado poderá fazer apelo a uma colaboração dos interessados; mas, o objetivo final será, antes de mais nada, de disciplinar os indivíduos, de orientar a sua atividade e, até mesmo, o seu pensamento.

Por outro lado, pode-se considerar o indivíduo como um **fim**, um **objetivo**, e não mais como um **meio**. O objetivo a atingir é, agora, o de assegurar a maior e mais completa expansão do ser humano. Este é o fundamento real da Democracia.

Este resultado pode ser alcançado, quer seguindo os princípios liberais, através da ação dos interesses e o jogo livre das leis naturais, quer, no quadro das fórmulas socialistas, pela ação consciente da coletividade. Mas, quaisquer que sejam os princípios, os métodos visados, o objetivo continua a ser o indivíduo e nunca o Estado.

É claro que, consoante se considere uma ou outra dessas duas tendências, os problemas sócio-culturais e econômicos surgem sob ângulo essencialmente diferente. No primeiro caso, o problema sócio-cultural e econômico não é senão um aspecto do problema do Estado; no segundo, é um aspecto do problema da pessoa humana. **Ele é mesmo todo o problema da pessoa humana.**

Na verdade, a realidade não permite fazer uma oposição bem definida entre as duas fórmulas. Mesmo nos países mais profundamente democráticos, não há, necessariamente, total coincidência entre o interesse do indivíduo e o da coletividade, entre o ponto de vista da pessoa humana e a do Estado. É impossível fazer uma abstração. Ora, o problema da pessoa humana no estado puro coloca-se no âmbito universal. A existência de nações, de Estados influi, pois, necessariamente, na solução dos problemas que têm repercussão sobre a coletividade.

E assim, paralelamente a todos os problemas sócio-culturais e econômicos, levantam-se, necessariamente, **o problema das relações entre o indivíduo e o Estado, o problema do conflito entre os direitos e os interesses da pessoa humana e os da coletividade.**

## CONCLUSÃO

Para nós, são estas as preocupações que deverão guiar o estudo dos **Problemas Sócio-Culturais e Econômicos Contemporâneos.**

Evidentemente, a disciplina não tem a pretensão de proceder a um estudo técnico profundo de todos os problemas, nem sequer de um grande número deles.

O seu objetivo é, mais modestamente, focalizar, cientificamente, os principais problemas sócio-culturais e econômicos enfrentados hoje por diferentes países, principalmente pelos que integram a comunidade latino-americana, buscando-lhes as origens e os princípios que lhes regem as possíveis soluções.

Dois métodos podem ser adaptados para o estudo desses problemas: o primeiro consiste em colocá-los no quadro de um esforço de **geografia humana e econômica** examinando-se os principais tipos de países, para em cada um deles, proceder-se a uma análise dos problemas e das soluções que lhes são dadas. O segundo método consiste em considerar os próprios problemas, tentando comparar os principais tipos de soluções adotados nos diversos países.

Entendemos que para melhor aproveitamento da disciplina, o seu estudo deve ser realizado deixando de lado as preocupações teorizantes, em função dos **fatos concretos** mais imediatos e contemporâneos.

Por outro lado, devemos ter dos problemas sócio-culturais e econômicos uma visão global, de caráter sistêmico, porquanto não há mais lugar para estudá-los separadamente. Cada problema está intimamente relacionado a cada um e a todos os outros, e, assim, também, as possíveis soluções estarão dependentes entre si.

Esta estratégia irá dar-nos um quadro mais abrangente, que não se limita a mera descrição fatural nem nos mantém presos a uma visão puramente nacional.

Sem dúvida, o estudo dos **Problemas Sócio-Culturais e Econômicos** dará, freqüentemente, a impressão de superficial, devido ao espaço limitado dado a cada matéria. Mas este caráter superficial é uma dificuldade suplementar, uma vez que não é possível tirar, verdadeiramente, proveito de uma disciplina sem juntar elementos aprendidos e colhidos em outros lugares. É importante, pois, neste caso, a **interdisciplinariedade.**

Por necessidade, o estudo dos **Problemas Sócio-Culturais e Econômicos Contemporâneos** supõe como conhecidas noções históricas, geográficas, econômicas, políticas, sociais e filosóficas. Este não pode ser senão um quadro a ser completado pelos outros conhecimentos mais técnicos, recebidos na escola, através de leituras e, também, através da experiência pessoal.

Outra dificuldade para o estudo consciente dos **Problemas Sócio-Culturais e Econômicos** nasce do fato de que estes problemas são, antes de mais nada, **problemas humanos**, e estão, estreitamente, ligados à existência cotidiana. Assim, cada um é levado a abordá-los sob uma ótica respeitante às reações doutrinárias e ideológicas do grupo social a que pertence. É indispensável, portanto, fazer um esforço de **objetividade**, de tentar-se libertar de noções aprendidas ou de prejulgamentos que se possam ter a respeito desses problemas, de que freqüentemente se fala, sem os conhecer bem.

Mas, se se deve fazer um esforço de objetividade, isso não quer dizer seja necessário fazer um **corte epistemológico** entre este ensinamento e a realidade concreta.

Um estudo como o dos **Problemas Sócio-Culturais e Econômicos Contemporâneos** não se concebe sem estabelecer o contato com a **realidade cotidiana**.

É somente através da conciliação necessária entre este esforço de objetividade e este contato com a experiência da vida cotidiana, que o estudo desta disciplina poderá, realmente, trazer todos os frutos desejados para a formação de profissionais conscientes para as atividades de **Comunicação Social**.